



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.165-A, DE 2005

(Da Sra. Alice Portugal)

Acrescenta §§ 3.º e 4.º ao art. 4.º da Medida Provisória n.º 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, para impedir a renovação dos contratos firmados entre instituições financeiras privadas e Estados e Municípios com base no § 1.º do art. 4.º da mencionada Medida Provisória; tendo parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD)
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

SUMÁRIO

I – Projeto inicial

II – Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio

- parecer do relator
- substitutivo oferecido pelo relator
- parecer da Comissão
- substitutivo adotado pela Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Esta Lei altera a Medida Provisória n.º 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, para impedir a renovação dos contratos firmados entre instituições financeiras privadas e Estados e Municípios com base no § 1.º do art. 4.º da mencionada Medida Provisória.

Art. 2.º O art. 4.º da Medida Provisória n.º 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3.º e 4.º:

“§ 3.º Os contratos celebrados com base no § 1.º não poderão ser renovados, exceto aqueles firmados entre instituições financeiras privadas e Municípios nos quais não haja agência de instituição financeira oficial, mediante licitação nos termos da lei.

§ 4.º A vedação expressa no § 3.º estende-se às folhas de pagamento, precatórios e demais numerários dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e empresas por eles controladas.”

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória n.º 2.192-70, de 2001, foi editada com o objetivo de estabelecer mecanismos para estimular a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária. Entre os incentivos, evidencia-se a permissão para que as disponibilidades de caixa dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e empresas por eles controladas fossem depositadas em instituição financeira submetida a processo de privatização ou na instituição financeira adquirente do seu controle acionário, até o final do exercício de 2010.

Esta medida certamente favoreceu a redução da participação governamental no setor financeiro – conforme se depreende da quantidade de bancos estaduais privatizados – e, obviamente, tornou mais atrativas as instituições

financeiras privatizadas, vez que estabeleceu regra que assegurava ao banco comprador a exclusividade na gestão de depósitos das disponibilidades financeiras dos estados, de suas folhas de pagamento, precatórios e demais recursos movimentados por cada estado que promoveu a privatização de banco oficial.

Entretanto, uma vez vencidos os contratos celebrados entre o Poder Público e os bancos privados, não se conhece razões para que estes sejam renovados. Devem os recursos públicos, a partir de então, retornar para instituições financeiras oficiais, na forma do § 3º do art. 164 da Constituição Federal, de forma a alavancar suas operações, sobretudo aquelas de maior alcance social. É claro que nos Municípios em que não houver agência de instituição financeira oficial as disponibilidades de caixa poderão permanecer em instituição privada, desde que observado procedimento licitatório que garanta as melhores condições para o setor público.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares nesta iniciativa.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 2005.

Deputada Alice Portugal

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....
**TÍTULO VI
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO**

.....
**CAPÍTULO II
DAS FINANÇAS PÚBLICAS**

**Seção I
Normas Gerais**

.....

Art. 164. A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central.

§ 1º É vedado ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

§ 2º O banco central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

§ 3º As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

SEÇÃO II

Dos Orçamentos

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

.....
.....

MEDIDA PROVISÓRIA N° 2.192-70, DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária será incentivada pelos mecanismos estabelecidos nesta Medida Provisória, e por normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional, no âmbito de sua competência, preferencialmente mediante a privatização, extinção, ou transformação de instituições financeiras sob controle acionário de Unidade da Federação em instituições financeiras dedicadas ao financiamento de capital fixo e de giro associado a projetos no País, denominadas agências de fomento.

§ 1º A extinção das instituições financeiras a que se refere o caput deste artigo poderá dar-se por intermédio de processos de incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária legalmente admitida.

§ 2º As agências de fomento, existentes em 28 de março de 2001, deverão adequar-se ao disposto neste artigo, no prazo fixado pelo Conselho Monetário Nacional, permanecendo regulamentadas por esse Colegiado e submetidas ao disposto na Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974.

Art. 2º A adoção das medidas adequadas a cada caso concreto dar-se-á a exclusivo critério da União, mediante solicitação do respectivo controlador, atendidas às condições estabelecidas nesta Medida Provisória.

Art. 3º Para os fins desta Medida Provisória, poderá a União, a seu exclusivo critério:

I - adquirir o controle da instituição financeira, exclusivamente para privatizá-la ou extinguí-la;

II - financiar a extinção ou transformação de instituição financeira em instituição não financeira, quando realizada por seu respectivo controlador, inclusive aquelas submetidas a regimes especiais;

III - financiar os ajustes prévios imprescindíveis para a privatização da instituição financeira;

IV - adquirir créditos contratuais que a instituição financeira detenha contra seu controlador e entidades por este controladas e refinanciar os créditos assim adquiridos;

V - em caráter excepcional e atendidas às condições especificadas no art. 7º, financiar parcialmente programa de saneamento da instituição financeira, que necessariamente contemplará sua capitalização e mudanças no seu processo de gestão capazes de assegurar sua profissionalização;

VI - prestar garantia a financiamento concedido pelo Banco Central do Brasil;

VII - financiar a criação de agências de fomento para as Unidades da Federação que firmarem contratos de financiamento ou refinanciamento decorrentes desta Medida Provisória.

§ 1º A adoção das medidas previstas neste artigo será precedida das autorizações que se fizerem necessárias na legislação da Unidade da Federação respectiva.

§ 2º Os créditos de que trata o inciso IV deste artigo serão aqueles existentes em 31 de março de 1996, acrescidos dos juros contratuais pro rata die até a data da aquisição, de acordo com as condições e encargos financeiros previstos nos contratos originais.

§ 3º O refinanciamento de que trata o inciso IV deste artigo será precedido da assunção, pela Unidade da Federação, das dívidas de responsabilidade das entidades por ela controladas.

Art. 4º O financiamento dos ajustes prévios imprescindíveis à privatização da instituição financeira, de que trata o inciso III do art. 3º, concedido pela União ou pelo Banco Central do Brasil, restringe-se aos casos em que haja:

I - autorização legislativa da Unidade da Federação para:

a) a privatização, dentro de prazo acordado com a União, da respectiva instituição financeira;

b) a utilização do produto da privatização no pagamento do financiamento ou refinanciamento de que tratam os incisos III e IV do art. 3º ou, a critério da União, de outra dívida para com esta;

c) quando for o caso, o oferecimento em garantia das ações de sua propriedade no capital da instituição financeira a ser privatizada; ou

II - a desapropriação em favor da União das ações do capital social da instituição financeira, na forma do Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987.

§ 1º As disponibilidades de caixa dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou das entidades do poder público e empresas por eles controladas poderão ser depositadas em instituição financeira submetida a processo de privatização ou na instituição financeira adquirente do seu controle acionário, até o final do exercício de 2010.

§ 2º A transferência das disponibilidades de caixa para instituição financeira oficial, na hipótese de que trata o § 1º, deverá seguir cronograma aprovado pelo Banco Central do Brasil, consoante critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 5º Os financiamentos de que trata esta Medida Provisória, quando concedidos pela União, serão pagos em até trezentas e sessenta prestações mensais e sucessivas, calculadas com base na Tabela Price, vencendo-se a primeira trinta dias após a assinatura do contrato e as seguintes em igual dia dos meses subsequentes, observadas as seguintes condições:

I - juros calculados e debitados mensalmente, à taxa mínima de seis por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

II - atualização monetária calculada e debitada mensalmente, com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-lo.

§ 1º As obrigações correspondentes ao serviço dos financiamentos concedidos pela União, nos termos desta Medida Provisória, poderão ser computadas conjuntamente com as obrigações relativas ao refinanciamento de dívidas previsto pela Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, especificamente para fins de aplicação do limite máximo de comprometimento da Receita Líquida Real - RLR referido no art. 5º da citada Lei.

§ 2º Cessa a aplicação do disposto no § 1º se, decorridos dezoito meses da data da assinatura do contrato de refinanciamento a que se refere a Lei nº 9.496, de 1997, detiver a Unidade da Federação o controle de qualquer instituição financeira, exceto agência de fomento.

§ 3º O disposto no § 2º aplica-se apenas aos recursos destinados às instituições que continuarem controladas pela Unidade da Federação.

§ 4º Para cumprimento do disposto neste artigo, a União poderá contratar com instituição pública federal os serviços de agente financeiro para celebração, acompanhamento e controle dos contratos de financiamento ou refinanciamento, cuja remuneração será custeada pelas Unidades da Federação.

.....

Art. 32. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória no 2.192-69, de 26 de julho de 2001.

Art. 33. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de agosto de 2001; 1800 da Independência e 1130 da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan
Martus Tavares

PUBLICAÇÃO DO PARECER DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.165/05, de autoria da nobre Deputada Alice Portugal, acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 4º da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24/08/01, para impedir a renovação dos contratos firmados entre instituições financeiras privadas e Estados e Municípios com base no § 1º do mesmo dispositivo. Referido § 1º permite que as disponibilidades de caixa dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou das entidades do poder público e empresas por eles controladas sejam depositadas em instituição financeira submetida a processo de privatização ou na instituição financeira adquirente do seu controle acionário, até o final do exercício de 2010.

Pela letra do art. 2º do projeto em tela, acrescenta-se um § 3º ao art. 4º da Medida Provisória nº 2.192-70, vedando a renovação desses contratos, exceto aqueles firmados entre instituições financeiras privadas e Municípios nos quais não haja agência de instituição financeira oficial, mediante licitação nos termos da lei. Acrescenta-se, ainda, um § 4º ao mesmo dispositivo, estendendo tal vedação às folhas de pagamento, precatórios e demais numerários dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou das entidades do poder público e empresas por eles controladas.

Em sua justificação, a ilustre Autora argumenta que a MP nº 2.192-70 foi editada com o objetivo de estabelecer mecanismos para estimular a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, incluindo a permissão para que as disponibilidades de caixa dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou das entidades do poder público e empresas por eles controladas sejam depositadas em instituição financeira submetida a processo de privatização ou na instituição financeira adquirente do seu controle acionário, até o final do exercício de 2010. Em sua opinião, tal medida tornou mais atrativas as instituições financeiras privatizadas, vez que assegurou ao banco comprador a exclusividade na gestão de depósitos das disponibilidades financeiras dos Estados, de suas folhas de pagamento, precatórios e demais recursos por eles movimentados. A seu ver, porém, não há razões para que, uma vez vencidos, esses

contratos sejam renovados, devendo os recursos públicos, a partir de então, retornar para instituições financeiras oficiais, de forma a, em suas palavras, alavancar suas operações, sobretudo as de maior alcance social.

O Projeto de Lei nº 5.165/05 foi distribuído em 17/05/05, pela ordem, às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de Finanças e Tributação, inclusive para exame de mérito, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, em regime de tramitação ordinária. Encaminhada a proposição a este Colegiado em 20/05/05, recebemos, em 25/05/05, a honrosa missão de relatá-la. Não se lhe apresentaram emendas até o final do prazo regimental para tanto destinado, em 06/06/05.

Cabe-nos, agora, nesta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, apreciar a matéria quanto ao mérito, nos aspectos atinentes às atribuições do Colegiado, nos termos do art. 32, VI, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cumpre registrar, inicialmente, que a proposição em tela não intenta vedar eventuais futuras privatizações de instituições financeiras estatais, nem, tampouco, reverter as já efetuadas. Busca, tão-somente, vedar a renovação dos contratos firmados entre o poder público e as instituições privatizadas para a gestão de depósitos das disponibilidades financeiras dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou das entidades do poder público e empresas por eles controladas.

Deve-se ressaltar que a permissão para que se depositassem as disponibilidades financeiras dos entes públicos nas instituições privatizadas durante uma fase de transição obedeceu à lógica que à época conduziu a desestatização do setor. Não cabe, neste momento, discutir este polêmico processo, visto que se trata de evento passado.

Afigura-se-nos absolutamente pertinente, no entanto, olhar para o futuro e lutar para que se alcance o máximo de ganho social, dado o caminho previamente selecionado. Neste sentido, cremos que, da forma como foi elaborada, a iniciativa em tela poderá contribuir para a ineficiência da gestão dos recursos públicos. Ao vedar a renovação dos contratos, pura e simplesmente, o projeto fecha as portas para a eventualidade de a instituição privatizada oferecer as melhores condições, financeiras e operacionais, para o depósito das disponibilidades dos entes públicos. Encerrado o generoso período de transição previsto na Medida Provisória nº 2.192-70, deve o poder público escolher o banco no qual efetuará aqueles depósitos da forma mais transparente e socialmente responsável, o que, tipicamente, é alcançado mediante processo licitatório. A nosso ver, não há porque restringir a competição neste processo, dado que, em princípio, quanto maior a concorrência, menores os custos.

Assim, tomamos a liberdade de oferecer um substitutivo ao projeto em exame. Nesta nossa iniciativa, no lugar da vedação prevista no texto analisado, propomos a obrigatoriedade de realização de processo licitatório ao final do contrato firmado quando da privatização da instituição financeira, mediante nova redação para o § 3º inserido no art. 4º da mencionada Medida Provisória. Concomitantemente, alteramos o § 4º introduzido no mesmo artigo, de modo a incluir as folhas de pagamento, os precatórios e os demais numerários dos entes públicos dentre os recursos abrangidos pelo dispositivo anterior.

Por todos estes motivos, votamos pela **aprovação do Projeto de Lei nº 5.165, de 2005, nos termos do substitutivo em anexo.**

Sala da Comissão, em 09 de agosto de 2005.

Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO
Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.165, DE 2005

Acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 4º da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, para instituir a obrigatoriedade de processo licitatório para escolha da instituição financeira em que passarão a ser depositadas as disponibilidades de caixa de entes públicos, após o final dos contratos firmados com base no § 1º do art. 4º da mencionada Medida Provisória.

Art. 2º O art. 4º da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

“§ 3º Findo o contrato celebrado com instituição financeira privatizada para o depósito das disponibilidades de caixa de que trata o § 1º deste artigo, será instituído processo licitatório, nos termos da lei, para a escolha da instituição financeira em que passarão a ser efetuados referidos depósitos.

§ 4º Incluem-se no disposto no parágrafo anterior os depósitos das folhas de pagamento, dos precatórios e dos demais numerários dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e empresas por eles controladas.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 09 de agosto de 2005.

Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 5.165/2005, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado André Figueiredo.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Romeu Queiroz - Presidente, Ildeu Araujo e Fernando de Fabinho - Vice-Presidentes, Carlos Eduardo Cadoca, Edson Ezequiel, Gerson Gabrielli, Jorge Boeira, Júlio Redecker, Léo Alcântara, Luciana Genro, Reinaldo Betão, Ronaldo Dimas, Delfim Netto, Lupércio Ramos e Nelson Marquezelli.

Sala da Comissão, em 14 de setembro de 2005.

Deputado ROMEU QUEIROZ
Presidente

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, para instituir a obrigatoriedade de processo licitatório para escolha da instituição financeira em que passarão a ser depositadas as disponibilidades de caixa de entes públicos, após o final dos contratos firmados com base no § 1º do art. 4º da mencionada Medida Provisória.

Art. 2º O art. 4º da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

“§ 3º Findo o contrato celebrado com instituição financeira privatizada para o depósito das disponibilidades de caixa de que trata o § 1º deste artigo, será instituído processo licitatório, nos termos da lei, para a escolha da instituição financeira em que passarão a ser efetuados referidos depósitos.

§ 4º Incluem-se no disposto no parágrafo anterior os depósitos das folhas de pagamento, dos precatórios e dos demais numerários dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e empresas por eles controladas.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissões, 14 de setembro de 2005.

Deputado ROMEU QUEIROZ
Presidente

FIM DO DOCUMENTO